


BREVES VEREDAS DOS SENTIDOS NA LINGUÍSTICA

BRIEF PATHWAYS OF MEANING IN LINGUISTICS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.045-002>

Elisângela Leal da Silva Amaral

Doutorado em Linguística

NEAD-UEMS¹

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6982190313346180>

RESUMO

O texto que compõe este capítulo é resultado de estudos preliminares realizados pela autora por ocasião de sua preparação para o doutorado, ancorado no estudo sobre sentidos desenvolvido pela ciência desenvolvida no Brasil por Eduardo Guimarães, e denominada de Semântica do Acontecimento. Trata-se de uma espécie de mapeamento, realizada pela autora, para compreender a trajetória desta parte da gramática de qualquer intitulada Semântica. Diante da complexidade desta ciência – que alguns preferem usar no plural – foi sentida a necessidade de conhecer uma espécie de histórico original deste campo teórico. O resultado do trabalho está sistematizado neste texto, que não coube na tese, tendo em vista, fazer parte de um apanhado mais situacional da autora.

Palavras-chave: Sentidos; Trajetória; Semântica; Semânticas.

ABSTRACT

The text comprising this chapter is the result of preliminary studies conducted by the author during her doctoral preparation, anchored in the study of meaning developed in Brazil by Eduardo Guimarães, and called the Semantics of the Event. It is a kind of mapping, carried out by the author, to understand the trajectory of this part of grammar entitled Semantics. Given the complexity of this science – which some prefer to use in the plural – the need to know a kind of original history of this theoretical field was felt. The result of the work is systematized in this text, which did not fit into the thesis, considering that it is part of a more situational overview by the author.

Keywords: Meaning; Trajectory; Semantics; Semantics.

¹ NEAD – Núcleo de Estudos em Análise de Discurso – UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

1 INTRODUÇÃO

A semântica ou as semânticas praticadas no Brasil hoje é uma das áreas que compõe o estudo de língua mais complexas e mais polêmicas. Conhecida como a “prima pobre” em oposição à fonologia, morfologia e sintaxe teve seus estudos, de certo modo retardado, devido à dificuldade de se estabelecerem métodos e dada a complexidade de se organizar enquanto campo teórico.

Diante desse quadro apresentado por autores consagrados que esta autora decide fazer um apanhado mais específico da referida situação um pouco antes de iniciar seus estudos preparatórios ao doutorado em semântica. Mais precisamente, em Semântica do Acontecimento. Salienta-se então que este não deve ser lido como um trabalho de uma doutora, mas sim como um texto de pesquisa realizado para introdução do entendimento sobre a ciência semântica, ou pelo menos tentativa sobre. Nesse sentido, este texto teve por objetivo geral conhecer e compreender minimamente a configuração da ciência dos sentidos. Por objetivos específicos, podem-se enumerar: compreender a trajetória dos estudos que antecederam as semânticas praticadas no Brasil atual, observar as delimitações teóricas que vão se estabelecendo na configuração de estudos semânticos brasileiros da atualidade.

Um campo teórico deve constituir-se por boas bases. Desde que a ciência começa a ser trabalhada com a seriedade que lhe cabe, métodos e referenciais teóricos sustentam a seriedade de seu funcionamento. Sabendo-se que os campos teóricos possuem fronteiras e se fundam por/em rupturas, entender esse processo constituinte é fundamental para que se conheçam as delimitações identitárias.

Nesse sentido, tomando por partida a obra “Os limites do sentido”, de Guimarães, vários outros textos passaram a ser buscados. O que se verá no corpo deste capítulo. Esta pesquisa foi uma viagem a um passado constituinte do presente da Semântica, seja por conversa teórica, seja por negativa teórica, um conhecimento necessário.

Sobre a metodologia, trata-se de revisão teórica de autores que se ocuparam do estudo dos sentidos, em obras específicas, ou apenas prenúncios nas primeiras gramáticas de língua portuguesa brasileira.

2 VEREDAS DO SENTIDO

A busca pelo sentido, por si só, já se inicia impondo um problema: como definir sentido? Se por um lado, ‘picadas de machete’² de linguistas vem abrindo trilhas no estudo dos sentidos, por outro, ainda não são vistos como rodovias tão solidificadas assim. Por isso “veredas” atendeu melhor essa necessidade de nomear. Veredas pode designar essa trajetória traçada aqui, sem a ingenuidade de esgotar os percursos, mas

² ‘Picar com machete’: abrir trilhas na mata, expressão comum dentre comunidades terena.

traçando um breve esboço de ‘piquetes’ já estabelecidos e que hoje sinalizam esse território denominado semântica.

Para Guimarães (2004. P. 7) “é no final do século XIX que a Semântica é incluída no domínio dos estudos de linguagem, de certo modo, relacionada com a crítica ao naturalismo da linguística histórico-comparativa, (Guimarães. 2004. p. 7). Nesse sentido, serão abordados alguns estudos que configuraram a semântica, de estudos precursores à semântica de Bréal. Pode-se considerar este texto como uma pesquisa bibliográfica introdutória para se chegar a algumas “semânticas brasileiras”, tratadas em outros capítulos.

2.1 A INSTITUIÇÃO DA SEMÂNTICA NO BRASIL: BREVE ABORDAGEM

Se até a década de 50, o estudo dos comportamentos humanos, o estudo de textos por viés da antropologia – linguística antropológica - e o estruturalismo embasavam fortemente as pesquisas em linguagem humana, a partir daí, por meio de uma revolução cognitiva, os interesses se voltam a questões “anteriores” a isso, ou seja, aos mecanismos que poderiam levar o homem a formular seus textos de um modo e não de outro; a agir de um modo e não de outro. Essa mudança no ponto de interesse desloca os textos e comportamentos da posição de objeto de pesquisa a dados para se pesquisarem novos objetos. O que acaba incluindo aos estudos linguísticos elementos outros como contextos amplos, história, etc.

Esse contexto demarca os posicionamentos das diversas abordagens científicas que vão se estabelecer. A formulação da semântica se configurando como campo teórico nacional também ocorre nesse campo de litígios. A se iniciar pela configuração do Brasil que, como nação originariamente colonizada por Portugal, passa por um complexo processo de se “redescobrir” em suas especificidades. Nesse processo, faz-se necessária uma reconfiguração identitária territorial; étnica, cultural, linguística e científica, entre outras.

Esse processo pode ser exemplificado na obra *Grammatica Historica*: “A diferença entre o português do Brasil e o de Portugal é feita na base da indicação de diferenças de sentido entre palavras ou da existência de palavras novas no português do Brasil tomadas às línguas indígenas ou africanas.” (Silva Jr, 1879. *Apud* Guimarães, 2004, p. 54). Por meio de uma operação narrativa o autor confirma a presença da semântica como elemento presente na instauração da identidade nacional. E, por sua vez, é na configuração da nação que se configura a semântica nacional. Assim Silva Jr vai esboçando estudos semânticos nacionais. E “num certo sentido, ele assume o ponto de vista de Bréal para quem a semântica é uma nova disciplina científica para o estudo da linguagem.” (Guimarães, 2004, p. 56).

Na busca pela delimitação de uma “língua nacional, ou, melhor dizendo de uma “língua portuguesa nacional”, também vai se desenhando a nação e configurando suas próprias ciências, seus próprios campos teóricos. Segundo Guimarães o precursor da obra semântica no Brasil foi Pacheco Silva Junior.

Pacheco Silva Jr, já na sua *Grammatica Historica da Língua Portuguesa* de 1879, trata de questões relativas a mudança de sentido das palavras. A segunda edição de sua *Grammatica da Língua Portuguesa*, 1894 (publicada em co-autoria com Lameira de Andrade) incluía uma secção chamada semântica. Além disso é sua a primeira obra de semântica no Brasil. Seu *Noções de Semântica* é publicado em 1903, logo após sua morte. (Guimarães, 2004, p. 53).

Entretanto a sua contribuição para o estudo de semântica não se restringe apenas a ter feito os primeiros registros. Suas reflexões não se limitaram a simples registros do que já havia em outros lugares, mas vão configurando formas específicas de uma semântica nacional. Ao buscar respostas para o estudo de vocábulos à época, ele posiciona a semântica como parte do estudo de gramática. Entretanto chega a uma inversão nesse posicionamento, concluindo que a gramática é que se apoia no campo de estudo da semântica e não o contrário:

A passagem da enunciação da semântica como parte da gramática para a enunciação da gramática como parte da semântica tem, na obra de Pacheco Silva Jr, uma configuração enunciativa que se desloca de uma formulação naturalista para uma formulação histórica tendo como base a metaforização dos conceitos da primeira formulação pela segunda. (Guimarães, 2004, p. 62).

O que mais uma vez confirma um certo entrelaçamento entre as questões que se desenhavam por ocasião da formação, ou melhor dizendo, da formulação da nação: identidade, território/fronteiras, língua e ciências.

No campo das ciências, que, como dito, não se dá dissociado dos outros campos, Pacheco faz outras importantes contribuições ao inserir um sujeito dessa língua nacional. “Ou seja, estamos diante de um sujeito povo enquanto sujeito coletivo psicológico: está em questão como uma coletividade política age intelectualmente pela linguagem”. (Guimarães, 2004, p. 60).

Pacheco também ampara, por esse viés, a introdução do político na língua.

Nas condições brasileiras, a construção do pensamento de Pacheco Silva coloca em cena um sujeito social remetido ao Estado e à constituição da Nação. E isto significa afirmar que, embora isto não esteja formulado diretamente, o pensamento de Pacheco Silva inclui um compromisso político específico, uma formulação de política específica sobre a língua portuguesa enquanto língua no Brasil e do Brasil. (GUIMARÃES, 2004, p. 61-62).

Em continuidade a esse percurso de delineamentos, ou formulações, Pacheco, ao seguir suas buscas por uma forma de se estabelecer os estudos gramaticais sobre uma língua nacional em sua configuração, acaba por escolher – ou precisar escolher – caminhos que rompem com a ciência natural, introduzindo o histórico.

A constituição desse sujeito coletivo sócio-político se fundamenta numa ética que fica tensionada entre um princípio político de unidade, uma ética do Estado que busca a homogeneização (que inclui a semântica na gramática), e um princípio político da diferença, que pode abrigar os brasileirismos e provincialismos, e que inclui a gramática na semântica. Esta oscilação política acompanha, de uma certa forma, uma oscilação teórica: aquela que o faz passar do biológico ao histórico, como concepção de linguagem, que corresponde a passar de uma gramática histórica como forma de dizer o conhecimento, para uma semântica, na qual se apresenta, de uma maneira direta, o povo, mesmo que desigualmente dividido, como sujeito da língua. (GUIMARÃES, 2004, p. 62).

2.2 DELIMITAÇÕES DE ALGUNS CAMPOS TEÓRICOS

Se a semântica se configura no Brasil na década de 70, isso não quer dizer que o faz de maneira bem definida. O que se dá é uma inauguração de um objeto ainda meio sem delimitações específicas, ou algo mais generalizado, identificado por uma característica comum: estudo de significação. Desse formato inicial, formas vão se configurando pela formulação de diversos campos teóricos.

Há nesse momento, como estudos da significação; a) as análises sêmicas dos estudos estruturais ou da semântica gerativa (que não usava diretamente a palavra sema); b) as análises semióticas do texto, que aliam a descrição sêmica ao percurso do estudo do sentido; c) os estudos de semântica formal; d) os estudos pragmáticos; e) os estudos enunciativos; f) os estudos discursivos. (Guimarães, 2004, p. 109).

É também nesse processo de delimitações ou formulações teóricas, que elementos determinantes das respectivas teorias vão se dando forma. É o caso do sujeito, presente em diversas das abordagens conhecidas. Conforme Guimarães “No conjunto dos estudos sobre o sentido, vamos observar, também, como a consideração da questão do sujeito da linguagem é fundamental para muitos dos trabalhos realizados naquela época.” (2004, p. 109).

Nesse sentido, os estudos sobre o sentido e sobre o sujeito desenvolvidos àquela década, influenciaram fortemente os estudos de 80 e 90. Também estes dois temas sediam inúmeras generalizações atribuindo à pragmática muito do que não lhe cabe como domínio teórico. Por outro lado, também estimulou certo rigor teórico de muitos pesquisadores que, no anseio por não se prestar a generalizações, desenvolveram fronteiras fortemente delimitadas por conceituações rigorosas em suas especificidades.

Baseado em sua análise de um texto de Carlos Vogt (1973), “A Palavra Envolvente”, Guimarães conclui que “o autor articula uma narrativa científica que localiza, no antes, os anos 50, uma semântica meramente paradigmática, e no agora, para o qual pretende contribuir, uma semântica sintagmática.” (Guimarães, 2004, p. 115). Conclusão que o autor transfere para toda a semântica brasileira de mesma época, tendo por base as obras de Said Ali, Mattoso Câmara, Silveira Bueno e Pacheco Silva Jr. Autores cujas obras confirmam essa abordagem. Dito de outro modo, todos esses considerados estudiosos da língua portuguesa no Brasil, à época, utilizavam-se da semântica para o estudo do léxico, o estudo da palavra.

Nesse sentido, é pela análise da referida obra de Vogt que Guimarães observa a entrada de uma semântica aberta ao estudo do significado do enunciado, em vez de interessar-se tão somente à palavra.

E como preenche para o autor o presente (dos anos 70) da semântica? Pelo trabalho de Oswald Ducrot, em *Dire et ne Dire*, a que se diz filiar. E o desenvolvimento deste trabalho, com suas filiações benvenistianas, ducrotianas e à filosofia analítica, Vogt nos apresenta em *O intervalo Semântico*, obra que é parte decisiva da construção da semântica argumentativa naquele momento. (Guimarães, 2004, p. 116).

Esse olhar de Guimarães por obras originais nos estudos do português brasileiro, permite, em suma, a constatação do nascimento da semântica e de seu desenvolvimento inicial no Brasil. Além de confirmar fronteiras delimitando os primeiros contornos de estudos semânticos e sob que modelos se davam, no trabalho de Said Ali, o autor também encontra a presença de outro elemento importante nessa evolução dos estudos linguísticos: o sujeito.

[...] ele traz para o domínio do que se denomina semântica aquilo que na história da linguística no Brasil apareceu em outros momentos sob outras denominações. E que em Said Ali já aparece como a presença do psicológico (do sujeito, do sentido) no gramatical. (Guimarães, 2004, p. 118).

Voltando a Vogt, o pesquisador encontra embasamento para o estudo do significado, antes de 70 exclusivo de palavras, a partir de 70, estendido para os enunciados e no *Intervalo Semântico*, expandido aos textos, embora Vogt o destine a uma disciplina de intervalo. “O interesse desta questão do texto é tanto maior se considerarmos que no Brasil daquele momento ela se punha também tanto pela semiótica quanto pela análise do discurso.” (Guimarães, 2004, p. 119).

Foi nesse percurso que os trabalhos de Vogt tanto contribuíram para que os estudos linguísticos, anteriormente voltados à forma, recebessem a história do homem, e a inserção da cultura como elemento pertinente ao estudo de língua. “A língua, enunciar nesta língua, é elemento decisivo da configuração cultural, política, identitária do grupo social.” Guimarães, 2004, p. 120).

3 DELIMITAÇÕES DA SIGNIFICAÇÃO: VEREDAS E MUITOS NOMES

Neste tópico objetivamos enumerar alguns pontos específicos na configuração da semântica enquanto cientificidade do estudo dos sentidos. Se a “semântica como qualquer disciplina científica, precisa ter condições de tornar possível um debate entre posições distintas que se reconhecem, de algum modo, no mesmo campo.” (Guimarães, 2010, p. 7), o desafio aqui é reproduzir alguns para conhecer o processo de construção desse histórico em prol dos estudos do sentido.

Interessa também observar, como foram/são incluídos alguns excluídos por Saussure – sujeito, objeto, história - nesse processo de constituição da semântica que chegou no Brasil. Interessam, ainda, os diálogos transcorridos com a lógica a filosofia da linguagem, a semiótica e a análise de discurso, bem como os efeitos dessas conversas.

Antes de qualquer posicionamento, estudar a significação pressupõe uma conceituação do objeto dessa colocação. Como definir o sentido? Para os estudos de Guimarães, abordagem que fundamenta esta pesquisa, define-se que, “Do nosso ponto de vista, o sentido deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação. (Guimarães, 2010, p. 11).

Na antiguidade, a filosofia já dava mostras de se ocupar com as questões da linguagem, como nos estudos da retórica e em Platão. Outros estudos antigos apontam para as buscas por respostas e para como os estudos foram sendo organizados. Segundo Coutinho (1984, p. 15) “São auxiliares da ciência da linguagem a Arqueologia, a Mitologia, a História a Etnologia, etc.” Esse autor apresenta um histórico esboçando um relevante resumo sobre as configurações dos estudos iniciais. Apesar de longa, citaremos em sua íntegra, devido à riqueza de informações e de construção:

9. Histórico. – No desenvolvimento gradual da ciência da linguagem, descobrem-se, segundo Benfey, quatro fases bem distintas: a fisiológica, a filosófica, a Histórica e a Comparativa.

10. A *Fisiológica* é caracterizada pelos trabalhos dos gramáticos índios, cuja preocupação era analisar minuciosamente os sons do sânscrito. Panini, desde o século IV antes da Era Cristã, traça com admirável precisão, as principais regras fonéticas e gramaticais dessa língua, servindo o seu trabalho de ponto inicial para toda uma literatura de comentários aos velhos textos indianos. Pode-se dizer que foram os gramáticos da Índia os verdadeiros criadores da fonética descritiva.

11. A *Filosófica* é-nos revelada pela orientação que os pensadores gregos imprimiam aos seus estudos acerca da linguagem. Todas as suas investigações, neste assunto, eram de natureza filosófica. Para eles, o que interessava saber era o que é a linguagem em si e qual a sua origem; se a relação existente entre a palavra e a coisa é, ou não, necessária e natural; se o nome é dado ao ser por convenção, etc. o Crátilo de Platão demonstra essa preocupação filosófica.

12. A *Histórica* denuncia-se pela existência de trabalhos tendentes a explicar a origem e as transformações sucessivas de uma língua, em face dos seus documentos escritos. Só se imobilizam os idiomas mortos ou extintos. Os outros estão em contínuo movimento. Tal é a sorte das línguas faladas. Cada geração contribui, sem que o perceba, com o seu pequeno contingente, para as transformações do próprio idioma. Estas, à proporção que o tempo procede, se vão avolumando e radicando nas gerações posteriores, até que se tornam verdadeiramente sensíveis, depois de alguns séculos.

13. a *Comparativa*, surge com as obras em que se cotejam dois ou mais idiomas afins com o objetivo de encontrar uma explicação cabal aos seus fatos gramaticais ou linguísticos. A Histórica e a Comparativa são as fases mais modernas da ciência da linguagem. Para ser completo o conhecimento de uma língua, faz-se mister que à sua suficiente notícia histórica se alie a noção de outros idiomas da mesma família. A semelhança de fenômenos leva-nos a conjecturar sobre a identidade da causa. Assim, a semelhança de inúmeros fenômenos, verificados no sânscrito, persa, grego, latim, eslavo e línguas germânicas, levou os estudiosos a pensar que estas línguas tinham comunidade de origem. Entretanto, como explicar as diferenças consideráveis que elas apresentam? (COUTINHO.1984, p. 15).

Desse modo, a citação anterior, apresentada apenas como registro do histórico das primeiras organizações dos estudos da língua resultaram em objetos e metodologias específicas. Diferentes campos teóricos se originaram a partir dessas delimitações e de entrecruzamentos entre elas. E é no item 11, na fase filosófica, que se observa um embrião do estudo de sentido, mais propriamente dito. Lá aparece a preocupação com relações possíveis entre a palavra e o mundo. Embora dito explicitamente “palavra e a coisa”, a coisa não está num espaço flutuante, ela se insere em contextos específicos. O pensamento em

haver uma possível relação, ou não, por si, já pressupõe linhas de respostas, futuras teorias. Outra questão trabalhada lá remete à questão do nome, dado por convenção, ou não. Logo, dentre as chamadas ‘fases de estudo da linguagem’, o embrião da semântica também se faz presente.

Essa reflexão pode ser fechada, aqui, sobre um possível embrião do sentido retomando Lopes, ao tratar de “O Simbolismo Linguístico”:

Para que uma língua cumpra seus fins, é necessário que os membros de uma comunidade, que compartilham as mesmas experiências coletivas se coloquem previamente de acordo quanto ao sentido que vão atribuir às partes da corrente sonora que emitem e ouvem. (Lopes, 1976, p. 41).

Logo, onde há língua há sentido. Outra questão é pensar como esse sentido fazia sentido na visão dos estudiosos, dito de outro modo, de que modo eles tratam a relação do sentido da/na língua. Segundo Guimarães,

é no século XIX que a semântica se constitui como disciplina linguística. Um dos marcos dessa constituição é a obra de Bréal. Notadamente seu Ensaio de semântica, publicado em 1897. É bom lembrar que o termo semântica foi inicialmente usado num artigo seu de 1883, “*Lés Lois Intellectuelles du Langage. Fragmente de sémantique*”. (2010, p. 13).

Entretanto o autor alerta para o risco de se cair num simplismo de tornar esse fato “meramente uma informação”. (idem, 2008, p. 9). Também enfatiza que dois pontos fundamentais vão marcar os estudos de Bréal: não se pode estudar as questões de sentido de uma palavra pela etimologia, mas pelo uso; é necessário que se faça esse estudo pela relação entre palavras, na frase.

Sobre o campo da linguística comparada, Bréal acredita que a transformação na língua não se dá automaticamente, a seu ver, a mudança ocorre a partir da questão do sentido da linguagem, opondo-se ao formato de estudo embasado no naturalismo. “Para ele, não há como tratar a linguagem sem considerar a significação. A semântica é o estudo da linguagem no que diz respeito ao que não é fonético.” (Guimarães, 2010, p. 15).

Por meio de uma espécie de revisão de literatura das Leis Fonéticas, o teórico buscou evidências de que a língua não se dissociava de aparentes escolhas fundamentadas no sentido, na significação, e que justificavam as mudanças ou transformações. Exemplificamos apenas um desses casos a seguir:

Há extinções de palavras ou de formas que sejam impostas pela fonética? Sustentou-se isso muitas vezes. Entretanto, quando vemos quanto o instinto popular é pouco impedido a salvar o que está a ponto de perder, chega-se a duvidar dessa pretensa necessidade [...]
Parece que o Latim pôde embarçar-se para distinguir certos homônios. Havia dois verbos *luere*, um significando “lavar” e outro com um sentido exatamente oposto, pois que queria dizer “sujar” (cf. *lues*, “a sujeira”. Mas a língua evitou sem dificuldade, o equívoco, através do composto *polluere*, que assumiu os sentidos do verbo simples. (BRÉAL. 2008, p. 73-74)

O teórico apresenta, por meio de suas análises, exemplos de transformação de léxico por meios que não se justificavam pelas leis fonéticas, até então utilizadas para justificar as atualizações. E em sequência conclui suas análises e considerações com a seguinte afirmação:

Aqui ainda, como em todas as leis que estudamos nesta primeira parte, encontramos em atividade um pensamento inteligente, não uma necessidade cega.

Por toda parte em que fixemos os olhos com atenção, vemos se esvaír esta pretensa fatalidade que será, dizemos nós, a lei da linguagem. As leis fonéticas não reinam sem controle; elas não podem mais destruir uma palavra indispensável ou simplesmente útil, assim como não podem fazer durar uma forma supérflua. (idem, 2008, p. 74).

Na mesma obra, em sequência às suas revisões de literaturas configuradas, embora sobre questões ainda abertas por determinadas lacunas, o autor segue suas desconstruções, abrindo espaço para novas teorizações. No capítulo IX, “As Supostas Tendências das Palavras”, ele questiona “de onde vem a “tendência pejorativa”. A “tendência ao enfraquecimento”. Outras tendências.” (idem, p. 77). E nesse percurso ele prossegue suas reflexões mostrando que tais “tendências” acabam sendo opções feitas pelas pessoas, ou seja, configura-se um estudo linguístico no qual a língua não é um objeto autônomo, independente da relação com o falante que dela se apropria, e tem poder sobre ela, por meio de uma dada interação: língua + sujeito que a usa, e, ao usá-la, esse sujeito a transforma.

Nesta segunda parte, propomo-nos a examinar por que as palavras, uma vez criadas e providas de um certo sentido, são levadas a restringi-lo, a estendê-lo, a transportá-lo de uma ordem de ideias para outra, a elevá-lo, a rebaixá-lo em dignidade, em resumo, a mudá-lo. É esta segunda parte que constitui propriamente a semântica ou ciência das significações.

Uma ilusão contra a qual uma advertência parece ser supérflua, e que entretanto é freqüente, que algumas vezes até se cobre de uma aparência científica, é o erro que se pode resumir no nome *tendências das palavras*. Nada no fundo é mais quimérico [...] como as palavras teriam tendências? Ouvimos falar, contudo, tendência pejorativa, de tendência ao enfraquecimento, etc. [...] é preciso exilar essas tendências entre as “forças” com as quais a ciência da Idade Média povoava a natureza. [...]

A pretensa tendência da pejorativa é o efeito de uma disposição muito humana que nos leva a esconder, a atenuar, a disfarçar as idéias desagradáveis, ofensivas ou repulsivas. (idem. p. 77).

Mais à frente, no mesmo texto, na mesma reflexão sobre a relação entre sujeito falante e linguagem, o autor acrescenta que “A pretensa tendência pejorativa tem ainda uma outra causa. Está na natureza da malícia humana ter prazer em encontrar um vício ou um defeito por detrás de uma qualidade.” (idem, p.78).

Some-se a isso a demarcação de seu posicionamento de não aceitar a etimologia como justificativa para as mudanças nas palavras em oposição à observação dos sentidos que promovem a transformação: “Aqueles que se prendem à etimologia sem cuidar o enfraquecimento dos sentidos podem ser levados a estranhos erros.” (idem).

E para finalizar o debate, ou embate, finaliza: “A restrição do sentido tem, há muito tempo, causado surpresa aos etimologistas.” (idem, p. 85)

Segundo Guimarães, na Alemanha ocorre um outro marco da constituição da semântica. “Karl Reisig, nos anos 1830, inclui a semasiologia, ao lado da sintaxe e da morfologia, como parte da gramática. Quase da mesma época é *Outline of Sematology* (1831) de Benjamin Smart.” (Guimarães, 2010, p. 14).

Compactuando com a linha de Paul Ackerman, Bréal inaugura, ou configura, um campo de estudo especificamente semântico, em que posiciona o sentido como causa para as transformações linguísticas. Ele faz uma divisão na qual estabelece que aquilo que não é fonético é semântico. “Esta posição ele assume na linha de Ackerman, que dividia a gramática em *ideologia* e *fonética*.” (Guimarães, 2010, p. 14).

Sobre as questões de campos teóricos, seus litígios e suas delimitações, Possenti explica que, ao passo que vão sendo estudadas, passam por um processo de transformação tal que já não mais se identificam com as formas anteriores, mesmo aquelas que lhes originaram. Esse processo resulta em novos campos teóricos.

[...] romper com o senso comum, com a experiência cotidiana e com diversos “mitos” é condição de acesso ao pensamento científico, quanto no domínio dos diversos campos, já que romper com o estágio anterior, seja ele já científico ou “ainda” ideológico, é condição necessária ora da cientificidade, ora da implantação de determinada teoria. (Possenti. 2004. p. 356)

O autor tratava de outra temática, mas exemplificava mostrando diversas áreas em que esse processo se dá de modo semelhante ao que tratamos aqui. Ao posicionar-se tomando o sentido como fundador das diversas mudanças na língua, na morfologia e na sintaxe, Bréal rompe com o pensamento da fonologia em suas “leis necessárias”, concomitantemente, instaurando a semântica como ciência e possibilidades de novas abordagens. Nas palavras usadas por Eduardo (2010, p.16): “Por essa via, o nascimento da semântica é uma ruptura com uma posição naturalista que considerava a linguagem como organismo, como um quarto reino da natureza.”

Além disso, Bréal introduz um elemento novo junto com a concepção que traz: a vontade e a inteligência humanas.

Bréal nos diz que a linguagem representa um acúmulo de trabalho intelectual, sendo construída pelo consentimento de muitas vontades, do acordo de muitas vontades, “umas presentes e atuantes, outras desfeitas e desaparecidas”. (Bréal, 1897, 197).

Para Bréal, a vontade não é um fenômeno consciente, nem instintivo, “é vontade obscura e perseverante.” (idem, 19) Quanto à inteligência, ele a considera tal como Taine, como a faculdade do conhecimento humano e que se baseia no funcionamento do signo. (Guimarães, 2010, p.16)

Nesse sentido, para Bréal a mudança ocorre motivada por dois elementos: uma motivação inconsciente do sujeito somada a dada possibilidade de alteração a que a própria linguagem, por alguma razão em seu funcionamento, se submete. Defende ainda haver um princípio de funcionamento inerente à própria linguagem. O que justifica a mudança ser sempre relativa e fundamentada na significação.

Outro aspecto marcante em sua trajetória refere-se ao modo como o elemento subjetivo é demarcado nas diferentes línguas do mundo. Ele mostra essa demarcação ocorre por meio do uso de palavras como pronomes, verbos, advérbios, etc. E

Como, no conjunto, o aspecto subjetivo está ligado à vontade, podemos ver aqui a via de sua filiação a Condillac. É esta via que o leva a considerar o elemento subjetivo como o fundamental da linguagem, aos quais se acrescem os demais. E é também nesta linha vindo de Condillac, passando por Taine, que a semântica se constitui como uma disciplina histórica, por se considerar que a linguagem é feita de signos, ou seja, que seu caráter fundamental é simbólico e não natural. (idem, p. 17)

4 A SEMÂNTICA A PARTIR DE BRÉAL

Além de se colocar como marco para o ingresso da linguística como ciência – a ciência da língua - a abordagem de Ferdinand Saussure, em sua divisão do estudo da linguagem em duas faces, sendo *langue* (a porção sistemática, a dimensão social) e *parole* (realizações idiossincráticas, individuais), classifica elementos presentes no estudo da linguagem da época, da mesma forma - mantendo seu peculiar formato dicotômico - em dois grupos: um considerado linguístico e um outro extralinguístico. Para ele a linguagem era usada para expressão do pensamento.

Saussure postulava que (2006, p. 21), “A parte psíquica não entra tampouco totalmente em jôgo: o lado executivo fica de fora, pois a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos fala (*parole*). E, em sequência, acrescenta: “A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente.” (idem, p.22, *Sic.*)

Ao optar pelo estudo do que chamava *langue*, o corte saussuriano exclui o referente, o mundo, o sujeito e a história. Para ele, a linguística devia delimitar seu estudo tomando a língua, seu objeto, como elemento em si mesmo, autônomo. O que interessava ao Pai da Linguística era tão somente o próprio código.

A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e por isso comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc. Ela é somente o mais importante desses sistemas. Pode-se, pois, conceber uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social; ela formaria uma parte da psicologia social e consequentemente da psicologia geral; nós a nomearemos semiologia” (SAUSSURE, 2006, p. 24)

Saussure seguiu estabelecendo definições da língua em diversos momentos: “Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (idem, p. 22). O que equivale a dizer que, nesse sentido, apresenta-se como uma estrutura pronta, que, embora seja utilizada pelo falante, este não exerce influência sobre ela. O genebriano também a define como “o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” (idem, p. 92), ou “uma soma

de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (idem, p. 27). Confirmando sempre a posição totalmente externa do sujeito em relação ao funcionamento da língua.

O ex-aluno de Michel Bréal entende que a linguagem humana em sua totalidade é uma abstração, uma capacidade da qual o homem é dotado para se comunicar com seus pares, por meio de signos verbais. Nesse sentido a linguagem é constituída de elementos físicos, fisiológicos e psíquicos. Elementos que ele acreditava excluïrem a legitimidade, ou a especificidade de uma ciência linguística.

No campo estabelecido por ele, a semântica tinha seu lugar de importância na diferenciação dos fonemas e nas relações tanto intrassígnicas, na estrutura paradigmática, quanto interssígnicas, na estrutura sintagmática, apenas motivado pela questão do valor. Outro ponto considerável envolvendo a presença da semântica nessa abordagem, refere-se às “relações associativas”, onde por semelhança de sentidos, demarcadas nos “semas”, as palavras se deixam organizar em “classes” onde palavra puxa palavra. Se Segundo Lopes (1976, p. 41), “Desse modo, Saussure colocava-se como o pioneiro de uma semântica estrutural”, desse modo também a semântica estrutural, conforme Guimarães (2010, p.19), “Ao constituir a língua como objeto da linguística, Saussure (1916), no Curso de Linguística Geral, deixou para a fala o individual, o subjetivo. Ainda, segundo Guimarães, deixou também o que diz respeito à vontade e à inteligência”. Em seus estudos, Saussure partilha com Bréal que “o princípio de funcionamento da língua diz respeito somente a ela própria.” (idem, p. 19).

Vale salientar que em uma de suas principais dicotomias, na relação entre o significante e o significado, já se inaugura o espaço para a semântica. Mas nessa semântica saussureana não entram o mundo, o histórico, o sujeito.

O corte Saussureano exclui o referente, o mundo, o sujeito, a história. A semântica de nosso século vem procurando repor estes aspectos no eu objeto. O corte saussureano exclui e dá o quadro de pertinência para o excluído. A questão é como incluí-lo. E isto só pode se dar a partir deste mesmo corte, que ao formular-se escapa da hipótese de que a língua expressa o pensamento, pois o signo de Saussure (lembrar o conceito de valor) não admite um pensamento noutra lugar que se expresse pela linguagem. (Guimarães, 2010, p. 20).

Será no estudo de outras teorias semânticas, - como a lógica formal, a teoria conversacional, a pragmática e a teoria da enunciação - que voltarão à baila aquilo que Saussure excluiu no estudo da linguagem.

5 PONTOS DE SEMÂNTICA FORMAL

Historicamente antecessora das demais científicidades denominadas semânticas, a Semântica Formal trata a questão do significado a partir do posicionamento de que as sentenças se organizam

logicamente. Traz consigo o raciocínio dedutivo dos silogismos aristotélicos, pelos quais a partir de duas premissas verdadeiras, tem-se uma terceira que as conclui.

Essa abordagem não vai além de considerar as relações entre os termos da sentença. Interpretações que não se limitem a usos considerados gerais dos termos, objetivos, neste campo teórico, extrapolam os estudos semânticos, logo os estudos linguísticos. Interpretações tidas como a partir de experiências individuais são consideradas objeto de estudo da psicologia. Por outro lado, os estudos da semântica formal integram objetos do mundo como referentes, capazes de comprovar sentenças, sendo o sentido um caminho capaz de nos levar à referência. Assim, pode haver mais de um caminho para levar a um mesmo referente, ou seja, um mesmo referente pode ter mais de um sentido. “Enquanto o corte saussureano exclui o referente na constituição da noção de significado que se apresenta como valor. Frege trata o sentido como algo da significação, que não é o objeto no mundo, mas o trata como modo de se conhecer a referência.” (Guimarães, 2010, p. 27).

Esse aspecto é explicado por Gottlob Frege, um dos principais representantes da semântica formal, pela ilustração da lua vista por meio de um telescópio. Para ele, a referência e propriedades da lua independe de quem a vê. A imagem compartilhada por todos os que a veem por meio da lente do telescópio é o sentido. A mudança de posição do telescópio, apenas mostrará outra face do mesmo referente, isto é, outro caminho (sentido) para o mesmo objeto. Já a concepção subjetiva que cada um traz da lua, poesia, paixão, romance, etc. não faz parte do campo de estudo linguístico. Nesse sentido, sintetiza Guimarães:

De decisiva importância neste contexto é a distinção que ele faz entre representação, por um lado, e sentido e referência, por outro. A representação de um objeto para alguém é de caráter subjetivo, psicológico e não interessa para o ponto de vista de Frege, enquanto que o sentido e a referência é um objeto perceptível e o sentido é o modo de apresentar um objeto enquanto a serviço, de modo igual, daqueles que falam uma língua dada. (GUIMARÃES, 2010, p. 27).

Outro ponto colocado por Frege diz respeito ao nome próprio. Para ele este é dotado de sentido e referência. A nós, o ângulo de observação da semântica formal é o que permite se traçar um certo percurso dos estudos de semântica que a traz, ou as trazem, até a atualidade.

Guimarães oferece para a semântica formal a seguinte caracterização:

Para essa via de filiação, as semânticas formais colocam a questão do sentido como uma relação com o mundo, com os objetos. Ou seja, são semânticas que consideram que o sentido de um enunciado linguístico é o que ele representa do mundo, dos objetos, de um estado de coisas. (GUIMARÃES, 2010, p. 23).

Segundo o mesmo autor, a constituição dessa semântica ou semânticas, defende duas formas de tratamento do sentido: pelo viés do enunciado; pelo viés da relação com um estado de coisas. No primeiro

caso, a unidade deixa de ser o signo para ser a sentença, e há uma relação entre as palavras por meio do qual o sentido deve ser calculado.

A terra gira em torno do sol

vão procurar caracterizar, *por exemplo*, que o que o *a* traz para o sentido do enunciado é diferente do que *terra* traz para o sentido do mesmo enunciado. Por outro lado, o que *gira* traz para o sentido é distinto do que traz *terra*. E isto é tal que se pode dizer que *gira em torno do sol* faz um bloco de significação. De tal modo que se pode dizer que a *terra* traz para a significação algo distinto de *gira em torno do sol*. Assim se diz que *A terra* designa um objeto e *gira em torno do sol* predica algo do objeto. (GUIMARÃES, 2010, p. 23).

Logo, pode-se concluir do exemplo citado, que, em um mesmo enunciado, ocorrem duas questões: a identificação de um objeto; uma predicação para esse tal objeto. Abordando outro ponto característico desse campo teórico, Guimarães menciona o conceito de verdade, sob o viés definido por Tarsk, para quem “a definição de verdade que desenvolve é decisiva para a formulação de como constituir a semântica.” (idem, p. 24. Segundo Guimarães (idem, p. 24), a concepção de Tarsk para a definição de verdade, apoia-se na concepção aristotélica fundamentada no enunciado, ou ‘fórmula metafísica’: “Dizer do que é que não é falso; dizer do que não é que é falso; mas dizer do que é que é verdadeiro, bem como dizer do que não é que não é verdadeiro”. Sobre isso, Guimarães (idem) conclui que “a verdade é uma correspondência entre uma construção (oração) e a realidade (um estado de coisas)”.

No tratamento de questões como verdade e mentira no construto teórico da semântica formal, Tarsk se apoia na definição de verdade comentada anteriormente, porém convencido de que precisa aprimorar estes conceitos. Assim elabora o que tratou de “equivalência da Forma (T), em que: “(T) X é verdadeira se, e somente se, p

Onde p é uma oração e X o seu nome. E para ele uma definição de verdade é adequada se dela se tiram todas as equivalências da forma (T).” (idem, p. 25.). A partir da contradição possível do uso dessa fórmula para dadas sentenças, que Tarsk desenvolve conceitos - a partir do problema da antinomia - de “linguagem objeto” e de “metalinguagem”. O que se direciona a

Como para ele não se deve abrir mão das leis lógicas, torna-se necessário não formular a equivalência T numa linguagem semanticamente fechada. Por esta razão, distingue a *linguagem objeto* da *metalinguagem*, esta via de considerações instala como necessária, para a construção da semântica, uma metalinguagem, distinta da linguagem objeto. E é na metalinguagem que se deve construir o conceito de verdade e formular a equivalência T. assim não se tem a antinomia para uma oração (...), porque o nome da oração é da metalinguagem e não da linguagem objeto. (IDEM, p. 25).

Por esse viés, é, tal a importância da comprovação da verdade, da relação da sentença com o objeto no mundo, que a mentira se põe como questão de destaque. Sua existência passa a pôr-se como condição do lugar de existência da semântica formal.

Outra questão posta pela semântica formal refere-se à relação de sentido das palavras na sentença, talvez fosse melhor dizer “sentido entre as palavras na sentença”, ou aquilo que ela traz de contribuição para as condições de verdade da frase serem estabelecidas. Para tratar dessa questão, chega-se à distinção de verdade sintética em oposição a verdade analítica. Para se analisar a segunda, faz-se necessário contrastar suas informações por meio de questões implícitas. Como em “(5) A porta da sala do Presidente da República está fechada. É verdadeira se e somente se forem verdadeiros os fatos seguintes: existe o presidente; ele tem uma sala; a porta desta sala está fechada” (idem, p. 26).

Já no primeiro caso, a verdade analítica, ela se confirma pela própria confirmação de verdade dos elementos que a compõem: em “(5a) O círculo não é um triângulo.” (idem), o significado de círculo e de triângulo, por si só, confirmam a sentença. É relevante inferir que “é interessante registrar que nesta linha de trabalho, o sentido é considerado numa unidade como composta em outras unidades, ou seja, trata-se de uma unidade em que se considera o que a linguística chama de relações sintagmáticas” (idem, p. 26-27).

Em sua ânsia por formar uma linguagem artificial impecável (conceitografia) para transmitir um pensamento puro sobre aritmética, sem ambiguidades e imperfeições da linguagem comum, firmada num elevado ideal de rigor, o que o tornava normativo. Essa linguagem idealizada deveria “possuir para as relações lógicas expressões simples que, limitadas em número necessário, possam ser fácil e seguramente dominadas” (FREGE, 1892, in ALCOFORADO, 1978, p.194)

Nesse sentido, ele demonstra que o sinal de igualdade indica uma igualdade apenas parcial. E este ponto de seu estudo, a constituição da distinção entre sentido e referência são inerentes à questão da igualdade. Para Frege, a relação da igualdade não pode estar entre os objetos e nem entre os sinais (nomes próprios) usados para designar esses objetos. Esta relação se dá, para ele, entre os modos de representação de um mesmo objeto – o que ficou definido na semântica formal como o sentido.

Assim a relação entre $a=a$ e $a=b$, não pode definir-se pela informação tautológica de $a=a$, pois ao se designar um nome próprio sinalizado por ele mesmo, não se tem nenhum nível de novidade de informação, entretanto, o caminho do conhecimento de um nome sinalizado feito pela designação deste nome, por meio de um elemento distinto deste nome, traz um novo conhecimento, ou um conhecimento real. Logo a questão de dá pela diferença, “se à diferença entre sinais corresponda uma diferença no modo de apresentação daquilo que é designado”¹ (Frege, 1892, p. 62).

Para ele

A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal. O mesmo sentido tem expressões diferentes em diferentes linguagens, ou até na mesma linguagem (FREGE, 1892, p. 63).

Assim que $a=a$ e $a=b$ têm o mesmo referente no mundo, logo o mesmo valor de verdade, entretanto valores atestados por caminhos diferentes, ou sentidos diferentes. O pensamento que expressa $a=b$ difere do pensamento expresso em $a=a$. Os sinais a e b expressam modos diferentes (sentidos) de apresentar o mesmo objeto (referente).

Para Guimarães (2010, p. 27), “Esta mesma distinção é considerada relativamente às sentenças. As sentenças têm como sentido o pensamento que expressam e como referência seu valor de verdade.”

Outro ponto para o autor está que “sinonímia e polissemia aparecem como modo de relação da linguagem com o pensamento e o mundo.” (idem, p.28). Posto que os sentidos ou os pensamentos para se apresentar um referente possam ser vários, impõe-se aí uma questão de sinonímia. Ao passo que se um mesmo sinal pode expressar distintos referentes, tem-se a polissemia. Logo, “Tratar a linguagem é, assim, buscar o mesmo nas suas múltiplas formas. A forma é, então, uma aparência.” (idem).

Para finalizar estes breves pontos sobre a semântica formal, usaremos para o problema do pressuposto uma definição de Baldini (2011, p. 16): “pressupõe-se a existência de um ser que, no entanto, não está no “dizer” (isto é, na forma lingüística) no enunciado e que também pode ser inexistente.”. O autor diz isso como conclusão de análise de proposições subordinadas relativas, tratadas sob a teoria fregeana.

6 PONTOS DE PRAGMÁTICA

É grande o número de definições para a Pragmática e para a delimitação de seu campo de estudos. A pragmática se ocupa do estudo da linguagem em uso, ou do uso da linguagem, tendo em vista seus usuários na prática da linguagem, em dadas condições. Nesse sentido, enquanto Saussure desenvolveu seus estudos na língua, excluindo a fala e o sujeito, a pragmática centra-se no estudo da linguagem e não da língua desconectada de sua realização social. Outra questão partilhada entre os estudiosos desta área diz respeito ao fato de os fenômenos lingüísticos serem criativos, indo além do convencional.

Assim, a pragmática, possivelmente, inaugurada em 1930 nos estudos Charles Morris, busca entender, conceituar linguagem, sociedade e comunicação, elementos descartados pela linguística saussureana. Já pelo viés da corrente pragmática americana, é remetido a Charles S. Peirce o uso precursor do nome pragmática. Nela, o filósofo trata da tríade – signo, objeto e interpretante.

Entretanto, precisar sua origem e demarcar suas fronteiras, é um trabalho muito difícil.

Talvez a maior divergência entre os lingüistas que atuam na área de pragmática seja na questão da necessidade ou não de demarcar – e, se a resposta for “sim”, como traçar - a linha divisória entre a pragmática e a semântica. É bom lembrar, antes de mais nada, que até pouco tempo atrás, a palavra “pragmática” simplesmente não constava dos programas e nomes das disciplinas dos cursos de pós-graduação em lingüística nas universidades brasileiras. (Rajagopalan, 1999, p. 326)

Em Lopes, (1976. p.83), por exemplo, encontramos pontos que caracterizam a pragmática no que o autor denomina de semântica contexto-situacional. Esse autor, ao trazer um panorama sobre o assunto, fundamenta-o com um texto de Malinowski, presente na obra de Dinneen (1970). Para nós, a relevância em reproduzir essa citação se justifica por ela mostrar a introdução do contexto de uso como elemento participante do estudo do sentido.

Assim B. Malinowski podia escrever em *Coral Gardens and their Magic*, que *as palavras isoladas* são apenas uma ficção linguística e que “nem mesmo uma frase pode ser considerada um dado linguístico completo. Para nós, um fato linguístico real consiste em um enunciado completo dentro do quadro da sua situação.” (*apud* DINNEEN, 1970).

Marcada pela oposição com a lógica e amplamente considerada apêndice ou auxiliar de outras ciências voltadas ao estudo do sentido - como a semântica, a análise de discurso, entre outras – a pragmática segue entre embates de muitos autores sem ainda ter uma “identidade solidificada”.

Outra questão problemática diz respeito à inscrição da pragmática enquanto ciência. Rajagopalan (2002, p. 89) aborda esse ponto fazendo as seguintes considerações: “a despeito de todos os desmentidos e afirmações em contrário, muitos pragmatistas ainda sentem, eles próprios, um tanto acuados e tomados por uma espécie de ‘complexo de inferioridade’ quando alguém levanta a questão da cientificidade do seu empreendimento.”.

Parece haver consenso sobre a consideração do sujeito com dadas intenções e dado contexto. Segundo Guimarães, “Retoma-se por este modo de considerar o sujeito, o psicologismo, que Saussure evitou de forma decisiva. Trata-se de um sujeito consciente de suas intenções, ou se se quiser, instrumento para alguém expressar para outrem suas intenções.

No percurso traçado por Guimarães que nos levará a estudos mais atuais do sentido, o semanticista salienta os estudos de Grice nas décadas de 50 e 60, mostrando seu *Princípio de Cooperação* e suas *Máximas Conversacionais*. Nessa trajetória feita por Guimarães (2010, p. 33), duas questões se põem. Primeiro sobre a relação do enunciado com o contexto: “Este modo de tratar o sentido envolve uma concepção que considera que as frases têm um sentido literal que, dada uma situação particular, e tendo em vista os princípios conversacionais, levam ao sentido do enunciado na situação específica em que é usado.” O segundo, para mostrar o funcionamento da pragmática:

Aqui, como em diversas outras posições, coloca-se em pauta a relação do usuário da linguagem com a linguagem, considerando que esta relação é que constitui o sentido do que se diz, ao mesmo tempo em que se coloca para dentro das preocupações sobre a significação a situação em que se fala. Este campo da pragmática não é homogêneo, como não o é nenhum outro dos estudos sobre linguagem. (Idem).

Já o sujeito, desprezado por Saussure em seus estudos, aparece na pragmática como um indivíduo, dotado de intenção, consciente de seu dizer, um sujeito psicológico. “Deste modo, está-se diante de uma categoria como a de situação em que é o mundo recortado por sua relação com o indivíduo que fala, no momento e lugar em que fala. Reaparece, então, o mundo das coisas como existente que dá à linguagem o que ela significa” (idem).

Nessa teia, tem-se o sujeito e o mundo. E é na relação entre estes que será tratado o sentido. Enquanto a situação disponibiliza a esse sujeito individual o tempo –cronológico -, o espaço e as coisas do mundo.

Do ponto de vista desse uso e das situações em que se usa, as questões políticas não passam desvinculadas dessa abordagem. Nesse sentido cabe observar que

A opção por trabalhar com a pragmática acarreta uma série de compromisso, inclusive de ordem política. Pois, no fim das contas, o que a pragmática objetiva desvendar é a própria condição humana, enquanto que os modelos de análise de ambição formalista adotam como meta o papel da linguagem na cognição (ou, da cognição na linguagem). (Rajagopalan. 2002, p. 95)

E por esse viés de atuação, segundo o mesmo pesquisador, a pragmática vai conquistando seu espaço enquanto ciência configurada. Deixando assim de ser vista, pelo menos por olhares mais atentos, como um mero complemento de outras científicas.

7 PONTOS SOBRE A TEORIA DOS ATOS DE FALA

Iniciada pelo filósofo inglês John Langshaw Austin (1911-1960), com a obra *How to do with words* a Teoria dos Atos de Fala seguiu-se em desenvolvimento pelos trabalhos de John Roger Searle. Austin tinha contato com os trabalhos de Ludwig Wittgenstein, que influenciou sua produção na segunda metade do século XX, porém viu-se mais atraído pelas questões postas por G.E. Moore.

Foi a partir das lacunas deixadas nos jogos de linguagem de Wittgenstein que Austin desenvolveu suas ideias sobre como o dizer pode realizar ações no mundo, o que será denominado de “ato de fala”. Austin organizou os atos de linguagem em categorias, por meio das quais os desenvolveu os conceitos fundamentais para compreender o papel da linguagem e da comunicação.

Para a elaboração de sua teoria, Austin fez distinção entre as sentenças de efeito performativo e as de efeito constativo. As primeiras são as que realizam uma ação - apostar, declarar, nomear, batizar, entre outras. Já as segundas são descrições sobre um fato. “Que nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento deste tipo?? Proponho denominá-la *sentença performativa* ou *proferimento performativo*.” (Austin, 1990, p. 25).

Para Guimarães (2010, p. 37), “o performativo, mesmo não estando sujeito ao julgamento de verdade, deve ser avaliado quanto a sua realização, ou seja, se foi ou não realizado, ou melhor, em que

condições se dá sua realização.”. Segundo o autor, para se dar a ação produzida pelo dizer é necessário que quem diz tenha autoridade para realizar o que diz e em condições apropriadas. Caso não haja uma das duas condições anteriores, o autor considerará ter havido uma “infelicidade” no dizer.

Outro ponto definido pela teoria diz respeito a três aspectos linguísticos específicos presentes nos atos de fala: o ato locucionário, - mera observação sobre o modo como se proferem as sentenças; o ato ilocucionário, cujos dizeres trazem em si uma força linguística convencional própria – com em informar, ordenar, avisar, prometer, perguntar, entre outros; o ato perlocucionário, em que o dizer, produz reação no interlocutor - surpresa, confusão entre outros. “Da mesma maneira podemos distinguir o ato locucionário “ele disse que ” do ato ilocucionário “ele argumentou que...” e do ato perlocucionário “ele me convenceu que...” (Austin, 1990, p. 90)

No processo de delineamento de sua teoria “Austin dilui a dicotomia performativo/constativo numa teoria mais geral, a dos atos de fala.” (Guimarães, 2010, p. 39).

Aparentemente, em continuidade das reflexões de Austin, Searle, em sua obra *Speech Acts* delimita uma novo modo de abordagem. Para ele, a linguagem é um comportamento intencional do indivíduo regida por regras.

Ao falar tentamos comunicar certas coisas ao nosso ouvinte, fazendo com que ele reconheça a nossa intenção ao comunicar precisamente aquelas coisas. Conseguimos o efeito pretendido no ouvinte fazendo com que ele reconheça a nossa intenção de atingir aquele efeito, e, assim que o ouvinte reconhece qual é a intenção que queremos atingir, ela é geralmente atingida. Ele entende o que estamos a dizer assim que reconhece a nossa intenção ao emitir com uma intenção de dizer aquilo (SEARLE, 1984, p. 60).

Para ele, nem todos os estados mentais são intencionais. Quanto à percepção, ele a concebe com uma direcionalidade - sempre percepção de alguma coisa, mesmo havendo “falhas perceptivas”) e direção de ajuste (mente-mundo), sendo estas características imprescindíveis para todo ato intencional. Segundo ele os atos intencionais se apresentam por dois modos: os de intenção prévia à ação, e os de ações que realizam sem intenção prévia.

Segundo Guimarães (2010, p. 40), “Searle vê como equivalentes a realização de atos de linguagem e a significação das frases usadas para realizar tais atos. Basta dizer para significar o que se quer significar (seu princípio da exprimabilidade diz que tudo o que se quer dizer pode ser dito).”.

Quanto a questão do significado não a separa da intencionalidade, assim como não se separa dela a linguagem humana. Nesse sentido, postula que

A justificativa para se fazer tanto barulho acerca de posições que acredito serem falsas está relacionada à dimensão das questões envolvidas. Se formos incapazes de interpretar a relação de referência em termos de conteúdos Intencionais internos, sejam estes os conteúdos do falante individual, sejam os da comunidade linguística de que ele faz parte, toda a tradição filosófica desde Frege, tanto a analítica como as correntes fenomenológicas, está enganada, e teremos de começar de novo com alguma interpretação causal externa da referência em particular e da relação das palavras com o mundo em geral. (SEARLE, 1995, p. 279)

Segundo o filósofo da linguagem, ao dizer uma proposição, realizam-se um ato proposicional (correspondente à referência e à predicação) e um ato ilocucional (correspondente ao ato que se realiza na linguagem). O que equivale a dizer que, ao se enunciar uma sentença, realiza-se um ato proposicional e um ato ilocucional.

Guimarães acrescenta que

Searle distingue três tipos de atos de linguagem: a) enunciar palavras (morfemas, frases); b) referir e predicar; c) afirmar, perguntar, dar uma ordem, prometer, etc. O primeiro deles seria o ato de dizer, simplesmente. Aos atos deste tipo Searle chama atos de enunciação. O segundo tipo inclui dois atos: a referência e a predicação. Pelo ato de referência o locutor indica algo particular, pela predicação, predica algo a respeito do objeto particularizado pela referência. Searle os engloba sob a denominação de atos proposicionais. Ao terceiro tipo Searle denomina atos ilocucionais, seguindo Austin. (Idem, p.40)

Essa forma de abordar o dizer, preconiza de forma particular a presença de um locutor.

É fato que a Teoria dos Atos de Fala abriu caminhos importantes para os estudos linguísticos ao introduzir o contexto e novas formas de se tratar os enunciados. Entretanto, Searle, em seu esforço de delimitar seus estudos sob a questão das regras, produz um estreitamento, de certo modo, prejudicial ao estudo do sentido.

7.1 BENVENISTE: UMA ESCALA CONSIDERÁVEL

No trajeto dos estudos do sentido, a partir de Saussure, as considerações benvenisteanas requerem um olhar peculiar. Segundo Guimarães, “ele nos dá, num certo sentido, entre outros estudos, uma semântica histórica de caráter estruturalista, saussureana, e feita sobre o conceito de signo.

Este linguista cuja obra situa-se, em grande medida, na linguística histórica vai localizar, entre a língua e a fala um espaço de interpretação, o que denomina de uma instância, uma categoria que permite passar da língua para o acontecimento: a Enunciação.

Benveniste postula o enunciado como o resultado da enunciação. E a partir dele define três critérios para a análise: a pessoa, o tempo e o espaço. Nesse sentido, resgata o elemento subjetivo de Bréal.

Demarca, a partir desse EU do enunciado, do enunciador, o tempo, organizando-o em passado, presente e futuro. Conceituações em que o presente é momento em que o enunciador diz “Eu” e a partir dele, tem-se o passado situado em momento anterior à fala e o futuro delimitado depois do momento da

fala. Do mesmo modo, o espaço é demarcado a partir do enunciador. assim que aqui é o lugar onde o enunciador se situa ao enunciar, tornando-se a referência para os demais demonstrativos.

Cabe ressaltar que esse EU restringe-se a uma pessoa gramatical, a pessoa que fala na língua. Desse modo, o EU enunciador demarca um TU, a quem fala, podendo ainda falar sobre uma não pessoa, ou um ELE. Logo, percebe-se que esses elementos não são indivíduos presentes no mundo, mas pessoas gramaticais.

Quanto ao sentido, para Benveniste, dá-se pela relação entre as palavras que integram o enunciado.

Benveniste é de um lado um estrito saussureano e de outro busca romper a barreira do fechamento do sistema pelo estudo da significação, de modo geral, e mais particularmente, pelo estudo da subjetividade na língua. Por esta via, ele procura manter o sistema como fechado em si, mas que tem paradigmas próprios para a constituição da subjetividade, ou melhor da intersubjetividade da linguagem. (Guimarães, 2010, p. 45).

Esse Benveniste, que interessa à trajetória de Guimarães, em *Estruturalismo e Linguística*³ (2006, p. 11) explica sua formação, dizendo ter entrado nos estudos linguísticos muito jovem, ter sido discípulo de Antoine Meillet, um comparatista, e ter um gosto inclinado à pesquisa, dois fatores que ele considerou decisivo para o desenvolvimento de seu trabalho: “É necessário aqui voltar um pouco antes, porque, através dele, foram os ensinamentos de Ferdinand de Saussure em Paris que foram em parte transmitidos aos discípulos de Meillet.” (Benveniste, 2006, p. 11)

E esse pesquisador, com bases saussureanas, formulou questões como “O que é o sentido?”; “como a língua admite esta “polissemia”?”; “Como o sentido se organiza?”; “quais são as condições para que alguma coisa seja dada como significante?” (idem) e caminhou para nova dicotomia: semiologia e semântica. Para ele, “A semântica é o “sentido” resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo.

Para ele, o nível fechado é um nível em que se distingue um signo por sua própria distinção em relação a outro. Papel não é pedra, nem tela. Assim que posso “entender” quando alguém diz o nome “papel” pela oposição entre os significantes e seus conceitos diretos. Entretanto, ao se referir a um outro uso para este mesmo significante “A atriz desempenhou bem o seu papel.” Já não se conseguiria um conceito direto, imposto pela língua, mas algo que se abre ao mundo. Assim que, para compreender, para distinguir, segundo ele, afasta-se do domínio semiológico saussureano. Atraindo para si essa constatação, ou pensamento, afirma que “Temos que elaborar pouco a pouco todo um corpo de definições neste imenso domínio, que

³ Texto original: *Les Lettres Françaises*, nº 1242 (24-30 de julho de 1968, p. 10-13. – Uma entrevista de Pierre Daix com Émile Benveniste.

não compreende somente a língua. E isto me leva à cultura.” (idem, p. 22). E nessa reflexão, o linguista distingue o sentido presente na cultura do sentido presente na língua. Atribui à questão dos sentidos na cultura a relação com os valores. E nesse ponto afirma que

Tudo o que é do domínio da cultura da cultura deriva no fundo de valores. Da articulação entre os valores. Muito bem! Estes valores são os que se imprimem na língua e, no entanto, um trabalho difícil trazê-los à luz, porque a língua carrega consigo toda uma série de valores herdados; a língua não se transforma automaticamente, à medida que a cultura se transforma.

A isso ele atribui o que define como leque semântico. Em seus exemplos para explicar a relação entre a língua e a cultura, ao usar a palavra homem, numa dada construção – ““eu sou seu homem” refere-se à época feudal.” (idem) – abre-se uma questão sobre que conceito o pesquisador atribuía à cultura. O exemplo dado remete à história, a um dado período histórico.

Benveniste trata do sujeito da língua conforme o concebia Bréal, o que se pode observar por meio do modo como estuda a enunciação. Para Guimarães, ao estudar o verbo francês, aquele pesquisador define o modo como concebe a enunciação:

O sistema do passado composto marca na enunciação o que ele chamou enunciação discursiva, enquanto que o passado simples marca o que ele chamou de enunciação histórica. A enunciação histórica seria a enunciação objetiva, sem a presença do sujeito que enuncia, em oposição à enunciação discursiva que teria esta marca. (Guimarães, 2010, p. 46).

Quanto à diferenciação entre enunciação e discurso, Benveniste explica que

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

O discurso, dir-se-á que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação não é simplesmente a “fala”? - é preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. (Benveniste, 2006⁴, p. 82)

A partir da noção de ato individual de um locutor que utiliza a língua, Benveniste divide a relação com a língua em um antes e um depois, reduzindo-a a mera possibilidade de língua em oposição ao que ele denomina de uma instância de discurso. Para ele, esse processo também institui o aparecimento de um outro, emitindo uma enunciação responsiva.

Essa apropriação da língua configura um sujeito linguístico, ou seja, constitutivo apenas de uma relação com a língua. Na concepção de Guimarães: “Não se trata de um sujeito psicológico, não se trata de um sujeito pragmático, por exemplo, mas se trata de um sujeito que tem a capacidade de apropriar-se da língua e *semantizar*, e fazer significar.” (Guimarães, 2010, p. 47).

⁴ Texto original; *Langages*, Paris, Didier-Larousse, 5º ano, nº 17 (março de 1970), p. 12-18.

Nesse sentido, o trabalho de Benveniste, motivado por sua preferência pela pesquisa, o faz não caber nas relações sistêmicas da língua, remetendo-o a outros campos necessários para o problema que vem junto com a questão do sentido, ou da semântica. “Assim, seu método de reconstrução considera necessariamente o que ele chamou de ordem semântica. É esta ordem que acaba por decidir como organizar a ordem semiótica”. (idem).

8 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LINGUA

Em busca de teorizar a argumentação linguística, Oswald Ducrot passa por várias vias de pensamento, entretanto no início de seu trabalho ele já recusa a perspectiva referencialista e logicista da linguagem fortemente presente à época. Ele não concebe o valor veritativo da linguagem. Segundo Guimarães (2010, p. 50), “Ducrot procura assim constitui ruma semântica não informativa, não veritativa.” Acreditava haver no funcionamento discursivo uma lógica própria da linguagem, uma postura analítica, inscrita na perspectiva estruturalista saussuriana, mas, que ao contrário deste, incluía a fala: “uma lingüística da língua é impossível se não for também um a linguística da fala” (Ducrot. 1984. p. 63). Ducrot postulava a fala como lugar dos acontecimentos históricos realizados, considerava uma certa dependência entre a dicotomia língua/fala. Para ele as frases, ou enunciado permanecem invariáveis, ao passo que a enunciação se faça sempre única e enunciada por um locutor particular. Por isso considerava que “é preciso incluir na língua formas que marcam a enunciação.” (Guimarães. 2010, p. 50).

Inaugurando uma abordagem particular sobre estudos linguísticos, transitando entre teorias estruturalistas, pragmáticas e de atos de fala, Ducrot seleciona aquilo que vem ao encontro de seus pensamentos e dispensa o que não vem:

Gostaria de propor uma formulação mais direta, que consiste em duas proposições: de um lado a semântica linguística deve ser estrutural. E, de outro, o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação. (Ducrot. 1984, p. 67).

Em suas análises sobre o ilocucionismo de Searle, conclui que “o aspecto ilocutório da atividade da fala confere-lhe uma referência necessária a si mesma, e permite, desde já, reconhecer-lhe o “primado” indispensável para seu estudo estrutural.”, (idem. p. 73). Assim, pela questão dúbia de que uma ilocução em que um locutor se compromete a fazer algo, como em “Eu voltarei.”, tanto poderia haver uma promessa, quanto uma asserção, assim, Ducrot se afasta da teoria de Searle. Segundo ele, a língua não traz em si um recurso tal que obrigue quem diz a cumprir o que “prometeu”, assim remete à separação entre língua e mundo real, uma vez que, ao analisar, um linguista não poderá apresentar provas da obrigatoriedade assumida. Seguindo em suas análises sobre a teoria de Searle, conclui que para este, a enunciação possui

um sentido definível no interior do mundo “ideal” de que é origem, e não na realidade histórica em que se insere, o que justifica deixar intacta a necessidade de dar-lhe uma interpretação histórica.

Rompendo com a perspectiva saussureana de que o objetivo da língua seja a comunicação, Ducrot enfatiza seu aspecto argumentativo. Quanto aos estudos semânticos, diz que o aspecto do estruturalismo que utiliza, poderia ser denominado de “um estruturalismo do discurso ideal” (idem, p.72). Por outra via, aproxima-se de Benveniste pela questão da intersubjetividade na língua e dos filósofos da linguagem pela informatividade da língua ou por seu aspecto ilocutório. Para ele a argumentação está na própria língua. (Ducrot. 2008, p. 16). Segundo Ducrot e Anscombe, o que desempenha essa argumentação linguística são os conectivos de que dispõe a língua.

[...] muitos atos de enunciação têm uma função argumentativa [...] essa função tem marcas na própria estrutura do enunciado: o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção. (DUCROT, 1973, p. 178).

Segundo Ducrot (2008, p. 18), o uso de “operadores argumentativos” estabelece ainda a direção que a frase determina. Há nelas força argumentativa, o que ele define de instruções. “Devo dizer que a significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados.” (Ducrot. 2008, p. 18). Observa-se aí o uso de enunciado em oposição à frase. O autor já havia definido essa diferenciação. Ao primeiro ele atribui o estudo do sentido, ao segundo o da significação. A pesquisadora Olímpio resume parte dessa trajetória teórica, marcada por construções e também por desconstruções:

No modelo Standard (1980,1983), Ducrot aplica esse princípio a temas específicos, como o funcionamento dos operadores e articuladores argumentativos. Firma, ao longo do tempo, a ideia de que a linguagem não dá acesso direto à realidade, não tem, portanto, um lado objetivo. Já na fase dos topoi (1995, 1999), o autor admite que falar é impor ao destinatário uma apreensão argumentativa da realidade. Embora a teoria dos topoi tenha sido abandonada na fase dos blocos semânticos (2005), esse pressuposto da argumentatividade na língua permanece e vai permitir relacionar léxico e gradualidade (1998). Se a língua descreve a realidade, o faz mediante os aspectos subjetivo e intersubjetivo que, articulados, produzem o valor argumentativo. (Olímpio. 2010 , p. 40)

A teoria da Argumentação na língua (TAL ou ADL), desenvolvida por Ducrot e Anscombe, tem seu marco inicial na publicação da obra *Escalas Argumentativas*, na década de 70, porém foi sendo revisitada ao longo da carreira de Ducrot, contudo a ideia de que a argumentação inscreve-se na língua nunca foi recharcada. Em seu *Polifonia y argumentación* (1988), encontram-se as duas primeiras etapas a “forma padrão” e a “teoria dos topoi argumentativos”. O autor define topoi da seguinte maneira: ‘A orientação de

e para r deve estar fundamentada em um princípio argumentativo, ou, na minha terminologia, em um “topos”.”(Ducrot, 2008, p.24)

Na forma padrão, cada enunciado tem seu potencial argumentativo definido por um conjunto das conclusões passíveis de se chegar por meio dele. Entretanto,

Sobre o conceito de argumentação adotado por Ducrot, distancia-se da persuasão, presente no que ele denominou de tradicional. Neste, o argumento aponta para uma conclusão por vias externas à língua, ou independente dela. Enquanto que “Na teoria dos *topoi* argumentativos, o valor argumentativo das palavras é o responsável pela direção argumentativa do discurso” (Campos, 2014, p.141).

Ducrot percebe na contradição entre frases, por meio de seus operadores argumentativos a própria argumentação, possibilitando-o concluir que a argumentação está na língua, ou seja, se justifica pelos próprios elementos linguísticos. Língua que ele concebe como conjunto de frases. Além disso, para ele “a significação é aberta. Seriam as instruções contidas na significação das palavras as responsáveis pela orientação argumentativa.” (idem, p. 142). Nesse sentido as palavras teriam uma espécie de sentido próprio, ou instruções para a continuidade. A essas instruções o autor denomina expressões argumentativas. Por fim, o autor deparou-se com a dificuldade de elaborar a descrição do valor semântico, pela impossibilidade de se extrair um traço comum entre todas as condições de uma dada expressão argumentativa.

Segundo Campos,

Três fatores levaram a uma alteração na teoria; 1) a dificuldade de descrição das expressões argumentativas; 2) o fato de que há duplas de frases com o mesmo operador argumentativo que permitem chegar a conclusões diferentes; e 3) há duplas de frases com operadores opostos que levam potencialmente à mesma conclusão. (Campos, 2014, p. 142)

Assim se abre uma nova perspectiva para a abordagem da argumentação na língua.

No modelo Standard (1980,1983), Ducrot aplica esse princípio a temas específicos, como o funcionamento dos operadores e articuladores argumentativos. Firma, ao longo do tempo, a ideia de que a linguagem não dá acesso direto à realidade, não tem, portanto, um lado objetivo. Já na fase dos *topoi* (1995, 1999), o autor admite que falar é impor ao destinatário uma apreensão argumentativa da realidade. (Olimpio, 2010. p.40)

Essa segunda fase é marcada pela introdução dos *topoi*, continuando a parceria com Jean-Claude Anscombe. Se anteriormente, na forma padrão, os estudos se pautavam no enunciado, na chamada Teoria dos *Topoi*, esses estudos se voltam mais ao enunciador; “o autor admite que falar é impor ao destinatário uma apreensão argumentativa da realidade.” (Olimpio, 2010. p.40). Os autores iniciam a teoria, admitindo uma certa vagueza, ou imprecisão de sentidos - como constituinte da própria palavra. Inicialmente eram considerados como uma relação entre duas noções. Porém no desenvolvimento dessa teoria, Ducrot

estabelece que os topoi, por si mesmos, constituem as relações. Para ele, é o topos que vai orientar o enunciado à sua conclusão. Os topos são uma espécie de elo entre aquilo que é posto e a conclusão.

Em uma entrevista concedida a Heronides Moura, o autor explica a questão dos topos da seguinte forma.

Compreendo os topoi muito mais como possibilidades discursivas, como possibilidades de encadeamentos discursivos, e quando afirmo que uma palavra é um feixe de topoi (*paquet de topoi*), entendo por isso que ela abre um leque de encadeamentos possíveis, e não vários tipos de inferências ou deduções. Desejo o mais possível evitar estes termos. Esta é a razão pela qual desisti, já faz alguns anos, de definir os topoi como garantia (*garant*) de inferências. Prefiro entender os topoi como fontes de discurso, e não como o terceiro termo, como a garantia que assegura e valida a passagem de uma idéia à outra idéia, de um argumento a uma conclusão. Esta é a visão do estado atual da teoria, pois no início da teoria dos topoi havia a tendência (uma tendência equivocada) de apresentar o topos como um princípio inferencial, o que aliás corresponde ao sentido que Aristóteles dava ao termo topos.⁵

Para Ducrot e Anscombe, o princípio argumentativo destinado a garantir a passagem do argumento à conclusão, os topos são dotados de pelo menos três características ou propriedades: são *universais*, no sentido de compartilhado por uma comunidade, ou, no mínimo, comuns entre um enunciador e um destinatário; são *gerais* a inúmeras situações de fala; são *graduais*, ou seja, estabelecem um certo grau de proporcionalidade entre o que é posto e a conclusão, à medida que a gradação do primeiro evolui, essa evolução se estende ao segundo elemento (conclusão), ao modelo da matemática, daí o termo *forma tópica* - FT.(Ducrot, 2008, p.32).

Campos sintetiza essa abordagem mostrando algumas das conclusões dos autores:

1) O valor argumentativo dos enunciados, assim como os pontos de vista neles expressados estão inscritos na língua, ou seja, são determinados pela frase; 2) a determinação argumentativa é possibilitada principalmente pelas expressões argumentativas; 3) o valor argumentativo dos pontos de vista dos enunciadores corresponde à convocação por parte deles de *topoi* graduais; cada topos contém duas formas tópicas recíproca; 5) os operadores argumentativos são os responsáveis pela natureza das formas tópicas utilizadas. (Campos, 2014, p.147)

Apesar de postular que, em toda língua, estejam presentes os topos, e que as comunidades de fala selecionam seus usos, e que algumas palavras não só orientam para os seus usos, como os têm inerentes a elas, Ducrot passa a conceber os topoi como elemento externo à língua, desistindo da teoria. Ele passa a considerar essa existência de um lapso entre o argumento e a conclusão como um retorno à perspectiva retórica do discurso e às ações feitas na ou pela linguagem. Nesse sentido, mesmo explorando um pouco mais a questão de topos, delimitando o que denominou de topoi intrínseco e extrínseco, acabam não efetivando a abordagem.

⁵ https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000100008

A partir daí, Ducrot assume uma nova perspectiva que será denominada de teoria dos blocos semânticos.

O estágio atual da teoria, particularmente a partir das contribuições de Carel (1992, 1997), pode ser reconhecido como uma quinta etapa nos estudos da argumentação linguística. Embora os pressupostos básicos da disciplina já estivessem delineados na etapa anterior, Marion Carel, rejeitando o recurso à noção de topos, formalizou um quadro do que seria um estruturalismo do discurso e propôs categorias analíticas que permitem dar conta de encadeamentos não incluídos nas versões anteriores. (Olimpio. 2010, p. 41).

A tentativa de resolver questões que a teoria dos topoi não deu conta, originou novos conceitos, como a teoria da polifonia. Nessa abordagem, o sujeito da enunciação não é único, mas se representa por várias vozes, logo vários enunciadores com diferentes funções: o sujeito empírico (psico-fisiológico), o locutor (produtor do enunciado) e os enunciadores (originário dos pontos de vista, das perspectivas).

Essa discussão se inicia a partir da negação de Ducrot (1984, p. 178) quanto à existência totalitária de um sujeito psico-fisiológico produtor de um dizer, em todos os tipos de discursos. “É esta teoria, “um enunciado – um sujeito”, que permite empregar a expressão “o sujeito”, pressupondo como uma evidência que há um ser único autor do enunciado e responsável pelo que é dito no enunciado”. Esse sujeito dotado das condições de fala (realização dos atos ilocutórios), originário do dizer, é também designado pela primeira pessoa – eu, meus, etc.

Assim que, para Ducrot, a noção de *polissemia* está em que “Ela contém, ou pode conter, a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam sua origem. A tese que quero defender aqui é que é necessário distingui-los entre esses sujeitos pelo menos dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores;” (idem, p. 182).

Os enunciadores são argumentadores e, em relação a eles, o locutor assume atitudes (de concordância, de identificação, de rejeição etc.) e assim constitui sua própria argumentação. Pela pluralidade de sujeitos, pela relação que entre eles se estabelece, se esboça a argumentação. A enunciação sendo definida como o aparecimento do enunciado, não como o ato de um sujeito, fica entendido, pela polifonia, o papel enunciativo que a argumentação desempenha na proposta teórica de Ducrot.

Em seguimento a sua elaboração de uma ciência que comprovasse que a argumentação está na língua, Ducrot, agora em parceria com Carel estabelece o que denominaram de Teoria dos blocos semânticos. A ideia agora é que a partir de aspectos relacionados a dados blocos de sentido se daria a orientação argumentativa. É esta a fase mais recente da teoria da argumentação, cujo objetivo continua sendo explicar a argumentação fundamentado no funcionamento linguístico.

Nessa abordagem, o encadeamento discursivo é o lugar do sentido. Esse encadeamento engloba o argumento e sua conclusão, ou seja, a relação de sentido entre eles, em sua totalidade, não havendo sentido

fora dessa relação de interdependência. Outra abertura se dá com a possibilidade de uma mesma relação de sentido ocorrer mesmo diante do uso de diferentes encadeamentos.

Trata-se de encadeamento a relação articulatória entre dois segmentos, em que um seja argumento e o outro a conclusão, encadeados pelos operadores *donc* e *pourtant*, em que o primeiro assume um sentido normativo – aspecto normativo - e o segundo transgressivo – aspecto transgressivo - ou seja, demarcado em oposição ao argumento: “os conectores aos quais se dá a função de construir encadeamentos argumentativos são ou do tipo de *donc* (portanto) ou do tipo de *pourtant* (no entanto)” (Ducrot, 2002, p. 8).

A relação de sentido estabelecida por meio da relação entre argumento e conclusão precisa ser analisada tendo-se em mente esses operadores porque, para Ducrot, (2004. p. 365) “os enunciados encadeados não têm uma realidade semântica que poderia compreender-se fazendo abstração de seu encadeamento” .

Enquanto a língua é definida como conjunto de frases que determinam o valor argumentativo e o ponto de vista, o discurso, segundo o autor, os encadeamentos argumentativos, como dito por ele: “as seqüências de duas proposições (no sentido sintático do termo) ligadas por um conector (Ducrot, 2002: 7). Esse pensamento, retoma a ideia de topoi intrínsecos.

[...] o que fazem os encadeamentos argumentativos – sejam eles em *donc* ou em *pourtant* – é simplesmente desenvolver, sob vários aspectos, as formas de representação já cristalizadas nas palavras, e que não podem não aparecer conformes à natureza das coisas, já que elas servem justamente para categorizar e para pensar as coisas. Fazendo isso, os encadeamentos argumentativos comunicam ao discurso a espécie de evidência que as palavras contêm nelas, e fornecem-lhe assim uma espécie de legitimidade. (Carel, 1997, p. 39)

Numa versão reformulada, os autores retomam os conceitos de argumentação interna e externa, atualizando-os para argumentação estrutural – considerada do âmbito da língua - e argumentação contextual – considerada no âmbito do enunciado. Segundo Campos (2014, p.162), “Tal como descrita acima, a teoria dos blocos semânticos permite a Ducrot, em conjunto com Carel, explicar a ocorrência de paradoxos na língua sem recorrer a sua exterioridade.”

Outra contribuição da teoria do bloco semântico está na abertura da teoria argumentativa para o estudo do léxico da língua. Se Ducrot, inicia seus estudos ocupando-se de enunciados, ao desenvolver com Carel seus estudos, percebe que a argumentação vai além dos enunciados e dos operadores, atinge também as palavras plenas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, os estudos dos sentidos produzem, por si só, uma relação paradoxal com o ser humano. Se por um lado, o homem é impelido a interpretar, a buscar os sentidos relacionados a toda e qualquer forma de linguagem humana – aqui pensando linguagem nas suas diversas modalidades de

representação, por outro lado, organizar um constructo teórico capaz de lidar com as inúmeras necessidades interpretativas não tem sido uma tarefa fácil.

Nesse sentido, e talvez pela dificuldade de lidar com essas questões mesmo, as diversas ciências da interpretação vão se configurando. Ainda que opondo-se umas às outras, a própria oposição tem-se configurado em bases sólidas para que, paulatinamente, esse campo teórico vá se solidificando, delineando seus caminhos, trajetos e formulações teóricas suficientes para oferecer respostas e/ou instrumentalização teórica para estudos importantes em diversas áreas da vida humana.

Aos que se identificam com uma interpretação mais interna à “estrutura” linguística e aos que, por sua vez, entendem a língua em um contexto mais amplo que seus sistemas componentes em primeira instância, as semânticas têm oferecido enquadramentos teóricos. Entretanto, esta ainda tem sido uma vertente disponível a muitos questionamentos, pesquisas e respostas. Em outras palavras: apesar de muitas trilhas abertas, marcadas e percorridas, ainda há muitas regiões inexploradas e/ou inacessíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Elisângela Leal da Silva. **O(s) sentido(s) de ser brasileiro para indígenas Terena**. 2024. 1 tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/23143>.

BALDINI, Lauro José Siqueira. **Frege e Russel: a questão do pressuposto** *In* Línguas e instrumentos linguísticos 23/24 / Campinas: Capes-Procad - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2011 : Unicamp, 1997-2009 <http://www.revistalinguas.com/edicao27e28/artigo1.pdf>

BARBISAM, L. B. **O que é Semântica Argumentativa?** *In* FERRAREZI JUNIOR, C.; BASSO, R. (Orgs) **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.

CAMPOS Claudia Mendes. **O percurso de Ducrot na teoria da argumentação na língua** *Revista da ABRALIN*, v. 6, n. 2, p. 139-169, jul./dez. 2007.

COUTINHO. Ismael de Lima. **Pontos de Gramática Histórica** – Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A _ Indústria e Comércio. 1984. 7ª edição, revista.

DUCROT. Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. Trad. de *Le dire et le dit*, de 1987.

DUCROT, Oswald. **Escalas argumentativas**. *In*: DUCROT, Oswald. *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981. p. 178-228. Edição original: 1973.

DUCROT, Oswald. **Argumentação e topoi argumentativos**. *In*: GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 2008. p.13-38. Edição original: 1989.

_____, Oswald. **Esboço de uma teoria polifônica da enunciação**. *In*: DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1988. p. 161-218. Edição original: 1984.

_____. **Os internalizadores**, *Letras de Hoje*, 37 (129): 7–26. 2002.

_____. **O Sentido y argumentación**, in ARNOUX, E. & M. M. GARCIA NEGRONI (eds.). Homenaje a Oswald Ducrot. Buenos Aires: Eudeba. 2004.

FREGE, Gottlob. (1892). Sobre o Sentido e a Referência. *In*: ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.). Lógica e Filosofia da Linguagem. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot**. DELTA, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 169-183, fev. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-44501998000100008>.

LOPES, E. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. 14. Ed. São Paulo: Cultrix. 1995.

PLATÃO - **O Sofista** Tradução: Carlos Alberto Nunes Créditos da digitalização: Juscelino D. Rodrigues. UFB 1980. Versão para eBook eBooksBrasil.org Fonte Digital Site “O Dialético”. Disponível em <www.odialetico.hpg.ig.com.br/> © 2003 — Platão

POSSENTI, Sírio. **Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas**. In Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. Volume 3. Fernanda Mussalim. Anna Christina Bentes Org. São Paulo: Cortez, 2004.

RAJAGOPALAN. Kanavillil. **Os Caminhos da Pragmática no Brasil** Delta: Documentação de Estudos em Linguística teórica e aplicada. V. 15. Nº especial. São Paulo. 1999.

_____. **Pragmática como um ‘componente da teoria linguística: uma herança de utilidade duvidosa**. *In* Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, (42): 89-97, jan/jun.2002.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SEARLE, John R. **Os actos de fala**. Coimbra: Almedina, 1984.

_____. **Expressão e significação**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995a.

OLÍMPIO. Hilda de Oliveira. **O percurso teórico de Oswald Ducrot na defesa de uma argumentação linguística**. Revista contextos linguísticos. Nº 4. Vol. 1. Vitória. 2010
<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5232> 20130624%20(1).pdf